estudos internacionais • Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 13, n. 3, (dez. 2025), p. 128-146

A busca da França pela autonomia estratégica em relação aos EUA: significados e limites

France's Quest for Strategic Autonomy from the United States: Meanings and Limits

La búsqueda de Francia por la autonomía estratégica respecto de Estados Unidos: significados y límites

Giorgio Romano Schutte[1]
Giovanni Ferreira Marques[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a busca da França pela autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos, mostrando como essa busca se desenvolveu e quais são seus limites. O texto é dividido em três partes: o início da busca pela autonomia estratégica em relação aos EUA, durante o governo Charles De Gaulle (1959-1969); a continuidade dessa busca, no decorrer das presidências de Giscard D´Estaing (1974-1981), François Mitterrand (1981-1995) e Jacques Chirac (1995-2007); e a busca pela autonomia estratégica na atualidade, analisando o governo de Emmanuel Macron (2017-). O artigo tem como ponto de partida teórico o conceito de *path dependency*, em que ações tomadas no passado geram uma trajetória e influenciam as alternativas em eventos futuros. A contribuição apresentada consiste em evidenciar que o Plano Marshall, na década de 1950 e o conflito no Canal de Suez, em 1956 podem ser considerados eventos contingentes. A busca pela autonomia estratégica permaneceu na política francesa nas décadas seguintes, construindo uma trajetória que está presente até os dias atuais, gerando ações que visam obter uma postura menos dependente frente à hegemonia dos EUA, mas dentro determinados limites.

Palavras-chave: Autonomia Estratégica; Estados Unidos; França; Hegemonia; *Path Dependency*.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze France's pursuit of strategic autonomy in relation to the United States, examining how this pursuit developed and its limitations. The text is divided into three parts: the beginning of the pursuit of strategic autonomy from the U.S. during the government of Charles De Gaulle (1959–1969); the continuation of this pursuit during the presidencies of Valéry Giscard d'Estaing (1974–1981), François Mitterrand (1981–1995), and Jacques Chirac (1995–2007); and the current efforts toward strategic autonomy, focusing on the government of Emmanuel Macron (2017–). The theoretical starting point of the article is the concept of path dependency, in which actions taken in the past create

1. Professor Associado e Coordenador da Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFABC. Bolsista Produtividade CNPq. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5225-469X. E-mail: giorgio.romano@ufabc.edu.br
2. Bacharel em Ciências e Humanidades, IC com bolsa CNPq concluído com menção honrosa sobre a política externa francesa. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-0224-3970. E-mail: giovanni.m@aluno.ufabc.edu.br

a trajectory and influence the range of options available in future events. The article's contribution lies in highlighting that the Marshall Plan in the 1950s and the Suez Canal crisis in 1956 can be considered contingent events. France's pursuit of strategic autonomy remained a feature of its policy in the following decades, building a trajectory that continues to the present day—generating efforts aimed at adopting a less dependent stance toward U.S. hegemony, albeit within certain limits.

Keywords: Strategic Autonomy; United States; France; Hegemony; Path Dependency.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo principal analizar la búsqueda de Francia por una autonomía estratégica en relación con los Estados Unidos, mostrando cómo se desarrolló dicha búsqueda y cuáles fueron sus límites. El texto está dividido en tres partes: el inicio de la búsqueda de autonomía estratégica frente a EE. UU. durante el gobierno de Charles De Gaulle (1959–1969); la continuidad de esa búsqueda a lo largo de las presidencias de Giscard d'Estaing (1974–1981), François Mitterrand (1981–1995) y Jacques Chirac (1995–2007); y la búsqueda de autonomía estratégica en la actualidad, con un análisis del gobierno de Emmanuel Macron (2017–). El punto de partida teórico del artículo es el concepto de path dependency (dependencia de trayectoria), según el cual las acciones tomadas en el pasado generan una trayectoria que influye en las alternativas disponibles en eventos futuros. La contribución del artículo consiste en evidenciar que el Plan Marshall, en la década de 1950, y el conflicto del Canal de Suez, en 1956, pueden considerarse eventos contingentes. La búsqueda de autonomía estratégica se mantuvo en la política francesa en las décadas siguientes, construyendo una trayectoria que permanece hasta hoy, generando acciones orientadas a adoptar una postura menos dependiente frente a la hegemonía de EE. UU., aunque dentro de ciertos límites.

Palabras clave: Autonomía Estratégica; Estados Unidos; Francia; Hegemonía; *Path Dependency*.

1 INTRODUÇÃO

Seguindo o pensamento de Robert Gilpin, a estabilidade do sistema internacional depende da existência de uma potência hegemônica. Caso contrário, os países tendem a se fechar em torno do nacionalismo econômico. A manutenção da hegemonia, entretanto, requer expansão de capital, internacionalização da moeda e difusão de tecnologia, fatores que possibilitam o surgimento de novos centros que podem ameaçar o poder da potência hegemônica (Gilpin, 1987). Esta internacionalização do capital a partir do centro hegemônico reforça a formação de Estados que tentaram resistir, chamados por Van der Pijl (2015) de "Estados contenedores". Estes buscam se desenvolver a partir de seu espaço econômico nacional e, portanto, uma autonomia estratégica com relação ao Estado hegemônico. O autor identifica esse padrão, por exemplo, na França do século XVIII, durante o absolutismo dos Bourbons com o nacionalismo econômico de Colbert.

De fato, durante a hegemonia do império britânico, a França buscou contrabalancear o poder da Grã-Bretanha e, consequentemente, desenvolver uma postura autônoma e estratégica. Na luta pela independência dos Estados Unidos frente à Grã-Bretanha, a França de Louis XVI forneceu ajuda militar aos republicanos americanos e, mais do que isso, os dois países assinaram um Tratado de Aliança, em 1778. Os EUA buscavam

apoio internacional na Guerra de Independência e os franceses visavam enfraquecer os britânicos no cenário internacional (Clark, 2020; Tessuto, 2018). Após os eventos da Guerra de Independência dos EUA, as relações entre França e Estados Unidos permaneceram fortalecidas. Em 1886, a França presenteou os EUA com a Estátua da Liberdade, como forma de homenagear a relação entre os países e evidenciar a admiração francesa pela democracia estadunidense (Sawyer, 2009).

Já no século XX, ao fim da Segunda Guerra Mundial, os britânicos perderam definitivamente sua posição hegemônica no sistema internacional. A Europa ficou destruída e os Estados Unidos tiveram a oportunidade de consolidar sua hegemonia ocidental, projetando seus interesses no continente europeu por meio do Plano Marshall, a expansão das suas empresas multinacionais e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Combat; Werner, 2007; Van der Pijl, 2012). A França se mostrou incomodada com essa hegemonia dos Estados Unidos na Europa e passou a olhar com desconfiança para a aliança com os estadunidenses. Diante desse cenário, o resultado do conflito no Canal de Suez, em 1956, foi o momento de inflexão nas relações franco-americanas, visto que os franceses, junto com britânicos e israelenses, sofreram oposição dos Estados Unidos e tiveram que recuar, possibilitando ao líder egípcio Gamal Abdel Nasser declarar vitória sobre as antigas potências coloniais[3].

A partir desse contexto, nota-se que a França, que já possuía uma postura diferenciada visando a autonomia estratégica em relação ao imperialismo britânico, sob a presidência de Charles De Gaulle (1959-1969), intensificou a busca por essa autonomia, mas daí em relação aos Estados Unidos. Nesse sentido, a autonomia estratégica é definida como "a margem de manobra do Estado para escolher, adotar e prosseguir os seus objetivos num período relevante, tendo em conta as capacidades disponíveis e sua eficácia nas circunstâncias existentes" (Gaspar, 2023, p. 118-119), tendo como base o conceito de *path dependency*, em que uma trajetória é definida a partir de um evento inicial, ou contingente, que desencadeia uma sequência reativa de ações e outros eventos subsequentes (Mahoney, 2000). Dessa forma, o contexto da década de 1950, com o desenvolvimento do Plano Marshall e o resultado do conflito no Canal de Suez, intensificou a busca francesa pela autonomia estratégica frente aos Estados Unidos. Mais do que isso, neste trabalho, buscamos mostrar a trajetória que se gerou, uma vez que essa busca permaneceu na política da França e foi evidenciada a partir de ações, medidas e posicionamentos no decorrer dos governos de Giscard D´Estaing (1974-1981), François Mitterrand (1981-1995), Jacques Chirac (1995-2007) e, chegando até os dias atuais, Emmanuel Macron (2017-). Tal postura francesa resultou em ações que afetam a dinâmica das relações franco-americanas e, também, impõem limites, em decorrência da hegemonia estadunidense no sistema internacional e os reais recursos

3. Diante da nacionalização da Companhia do Canal de Suez, britânicos e franceses acreditaram poder defender seus interesses militarmente com apoio de Israel. Os Estados Unidos, porém, entendiam que a ação contra o Egito foi um grave erro estratégico, que poderia unir os árabes contra as potências ocidentais, e poderia aumentar o prestígio dos soviéticos no Oriente Médio. Quando a questão chegou à ONU, os estadunidenses apresentaram ao Conselho de Segurança duras resoluções contra França, Reino Unido e Israel. Tais resoluções foram vistas pelos governantes franceses como uma humilhação (Neto, 2019).

de poder disponíveis para a França, que não contava com o necessário respaldo de seus parceiros europeus, em particular a Alemanha.

O artigo é baseado em pesquisa bibliográfica e analisa a política em relação aos EUA adotada pelos vários governos franceses desde De Gaulle, mostrando que, independentemente da orientação política, direita, esquerda ou centro, há uma busca constante, embora com intensidade variada, por uma autonomia estratégica em relação a Washington. Essa inclinação também se faz sentir na abordagem do país em relação ao processo de integração continental, procurando, sem sucesso até a chegada dos governos de Donald Trump (2017-2021 e 2025-), convencer os parceiros europeus e as próprias instâncias comunitárias a adotar essa postura.

O artigo é dividido em cinco seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda seção identifica as lições da crise de Suez (1956) e do governo De Gaulle (1959-1969) como a base da busca por uma autonomia estratégica como orientação da política externa do Estado francês em relação aos EUA. Na terceira seção, é apresentada a continuidade dessa política nos governos posteriores, enquanto a análise do período do presidente Macron é destacada na quarta seção.

2 O INÍCIO DA BUSCA PELA AUTONOMIA ESTRATÉGICA EM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS: O GOVERNO CHARLES DE GAULLE (1959-1969)

Com a implementação do Plano Marshall e o momento de inflexão após resultado do conflito no Canal de Suez, a França iniciou sua busca pela autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos durante o governo de Charles De Gaulle (1959-1969). Primeiramente, é de se ressaltar que o governante francês não era antiamericano por definição, mas estava disposto a cooperar apenas se os interesses franceses e estadunidenses convergissem (Kissinger, 2012). A busca por se contrapor à tendência de subordinar seus interesses se fez sentir, sobretudo, na esfera econômica.

As filiais das empresas dos Estados Unidos que invadiram a Europa ocidental a partir da década de 1950 contavam com o apoio sistemático e organizado do seu Estado de origem, por meio de encomendas públicas e contratos de pesquisa. Elas mais que as próprias empresas europeias souberam aproveitar do Mercado Comum Europeu que se formou a partir de 1957. A superioridade das empresas estadunidenses era avassaladora, sobretudo em áreas de ponta, como a eletrônica (Servan-Schreiber, 1971). Frente a esse cenário, De Gaulle mudou a política adotada inicialmente, que encorajava os investimentos estrangeiros. A partir de 1963, o presidente francês passou a adotar uma política de restrição quanto aos investimentos dos Estados Unidos, incentivando o protecionismo e priorizando o desenvolvimento de indústrias nacionais da França, como forma de diminuir a dependência do país europeu em relação aos estadunidenses. Diante dessa política, a General Motors (GM) renunciou ao projeto de instalar-se em Estrasburgo e estabeleceu-se na Alemanha. Nesse âmbito, vale destacar que a GM possuía, naquele ano, um lucro líquido de US$ 2,1 bilhões (US$ 22,4 em US$ de janeiro 2026), enquanto a indústria francesa da Citroen possuía um lucro líquido de apenas US$ 6 milhões (US$ 64 milhões em US$ de jan. 2026) (Servan-Schreiber, 1971, p. 61). Assim, as

políticas restritivas de De Gaulle tinham como objetivo desenvolver a indústria francesa e diminuir a dependência da tecnologia estadunidense. Apesar disso, o baixo investimento em pesquisas auxiliadas pelo Estado, gerou o que Servan-Schreiber nomeou de *technological gap* (1971, p. 76), refletindo no desenvolvimento de tecnologias, na competitividade e na produção de inovações tecnológicas por parte das indústrias francesas.

Ainda durante seu período na presidência, o governante francês, apesar de seu anticomunismo, manteve uma agenda bastante dinâmica com o objetivo de melhorar as relações com a URSS e com os países do Leste Europeu, buscando abrir um canal direto entre as naçõexs, sem passar por Washington. Em 1967, De Gaulle visitou Moscou visando diminuir as tensões entre os dois países e intensificar as relações comerciais (Munhoz; Rollo, 2015). Diante dessa aproximação entre a França e a URSS, os Estados Unidos, a princípio, agiram com tranquilidade, pois o país estava confiante de que os discursos de De Gaulle sobre uma 'Europa do Atlântico aos Urais' fossem meramente retóricos. Além disso, os estadunidenses acreditavam que era improvável que a URSS superestimasse De Gaulle, à medida que entendiam o poder real dos Estados Unidos (Hanhimäki, 2010). Não obstante, a relação entre França e URSS desafiou tanto a lógica do mundo bipolar da época quanto o poder dos norte-americanos no ocidente. Foi nesse contexto, inclusive, que Kissinger (2012) começou a identificar o surgimento de um mundo multipolar.

Em 1964, De Gaulle reconheceu o governo da República Popular da China, com o argumento de que a divisão do globo em duas partes correspondia cada vez menos à situação real, algo que desafiava, novamente, a lógica bipolar da época e confrontava diretamente a posição de Washington, que ainda considerava o governo de Chiang Kai-Shek a legítima representação da China, com direito a ocupar o assento no Conselho de Segurança da ONU. O objetivo dessa ação era criar um canal direto com a China, sem passar por Washington, assim como foi pensado com a URSS.

No mesmo ano, o mandatário realizou uma longa e significativa viagem pela América do Sul, após ter visitado o México no primeiro semestre. Entre 21 de setembro e 16 de outubro, visitou nada menos que dez países sul-americanos, com o objetivo de reforçar a presença da França na região, bem como sua política de autonomia em relação aos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Em sua passagem pelo Chile, ele defendeu a ideia de unidade latina, de modo a diminuir a influência dos Estados Unidos no continente e aumentar a presença francesa. O governante francês se apresentava como uma terceira força, o que foi destacado também na Argentina. De Gaulle chegou ao país em um momento político conturbado e efervescente,e os apoiadores do ex-presidente Juan Domingo Perón o receberam com uma manifestação de massa, tentando associar a imagem de francês à de Perón, com o slogan 'Viva la tercera posición'[4]. Ao longo da visita, França e Argentina buscaram estreitar suas relações nos campos técnico, científico e cultural, chegando a assinar um

4. Quando De Gaulle visitou a Argentina, em outubro de 1964, Perón estava no exílio em Madrid, onde vivia desde 1955, após ter sido deposto pelo golpe militar. De Gaulle teve reuniões e encontros oficiais com o presidente Arturo Illia, da União Cívica Radical (UCR), uma força antiperonista.

convênio de "Cooperação cultural, científico e técnico". Além disso, foi debatida entre os países a possibilidade de construir na Argentina uma central de energia nuclear (Pelosi, 2008). A visita ao Brasil também foi emblemática. De Gaulle foi recebido pelo então presidente Castelo Branco com grande solenidade em Brasília e um desfile militar no Rio de Janeiro. Essa visita ocorreu pouco após o golpe militar de 1964, o que a torna relevante também do ponto de vista político e diplomático.

O controle nuclear era outro tema a respeito do qual a França buscou desafiar os EUA. Os estadunidenses queriam uma integração sob sua liderança, enquanto os franceses desejavam desenvolver um projeto autônomo. Os Estados Unidos propunham a constituição de uma força multilateral, que tornaria a OTAN uma nova potência nuclear. Tal proposta, contudo, evidenciou uma desigualdade dentro da aliança, à medida em que a força nuclear da OTAN seria correspondente a apenas 3% da força total dos EUA, e só poderia ser utilizada com o consentimento unânime dos Estados participantes (Amorim, 2008). De Gaulle se mostrou insatisfeito tanto com a proposta de integração estadunidense quanto com a própria estrutura de comando da OTAN. Para o governante francês, a proposta deixaria os países europeus sem autonomia, colocando-os em uma posição de subordinação e dependência militar em relação aos Estados Unidos e sob tutela da OTAN. Como alternativa, propôs a criação de um conselho político dentro da aliança, que seria composto por EUA, Reino Unido e França e funcionaria com um colegiado. A proposta francesa, porém, sofreu oposição dos Estados Unidos e do Reino Unido, algo que foi o estopim para a saída da França do comando militar da organização, em 1966, obrigando à OTAN a mudar sua sede de Paris para Bruxelas (Amorim, 2008).

No âmbito da integração europeia, De Gaulle vetou duas vezes a entrada do Reino Unido no Mercado Comum, em 1963 e novamente em 1967. Após a Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido se mostrou resistente ao projeto de integração europeia. Em 1949, houve a criação do Conselho da Europa, com sede na França. Londres participou ativamente desse processo, mas usou sua diplomacia para garantir que o órgão tivesse pouca influência. Havia uma forte resistência dos britânicos em relação às instituições europeias, que eram compartilhadas por diversas forças políticas. Em 1950, o país se recusou a participar do Plano Schuman, que visava a integração das indústrias de carvão e aço e a criação de uma autoridade supranacional (Schutte, 2017). O primeiro-ministro britânico Harold Macmillan (1957-1963), após o episódio do conflito no Canal de Suez, apostou em um relacionamento especial e uma forte parceria com os EUA. O Reino Unido não se considerava uma potência exclusivamente europeia, valorizando sua relação com os Estados Unidos e com suas ex-colônias por meio da Commonwealth.

Além disso, Londres frequentemente negava alinhamento aos franceses, especialmente quando as propostas de De Gaulle desafiavam e desagradavam aos estadunidenses. Sendo assim, o veto foi uma forma de evitar um aumento da influência indireta dos EUA sobre o Mercado Comum Europeu (Kissinger, 2012).

Durante o governo De Gaulle, outro exemplo da política altiva foi a visita do presidente francês a Quebec em meados de 1967, com o objetivo de projetar a influência francesa. No decorrer de sua passagem pelo

país vizinho aos Estados Unidos, o discurso do governante francês no *Montreal's City Hall* ficou marcado pela frase *"Vive le Québec libre"* ("Viva Quebec livre", em português). O interesse francês por Quebec pode ser visto como uma maneira de desafiar tanto ao Canadá quanto aos Estados Unidos, em razão da recusa do governo canadense de vender urânio para a *force de frappé* francesa, e do estremecimento das relações entre a França e os Estados Unidos ao longo dos anos 1960 (Gendron, 2014).

Em sua busca pela autonomia estratégica frente aos EUA, entretanto, De Gaulle enfrentou dois grandes obstáculos. O primeiro ocorreu no âmbito europeu: os nacionalistas franceses sabiam que dependeriam de uma parceria com a Alemanha para garantir um direcionamento alinhado a suas posições da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Berlim, no entanto, optou pela garantia de segurança oferecida pelos Estados Unidos e não aceitou as ações e ideias do presidente francês. O segundo obstáculo foi interno: De Gaulle perdeu força política devido aos eventos de maio de 1968, que, embora ele ainda tenha vencido as eleições naquele ano, enfraqueceram sua posição (Schutte, 2021). Gilpin concluiu a esse respeito: "A primeira contraofensiva séria do Estado-nação contra a corporação multinacional [estadunidense] colapsou" (Gilpin 1971, p. 415).

Não obstante, mesmo com os insucessos, a autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos, iniciada pelo presidente francês em razão da presença estadunidense na Europa e da forma como terminou o conflito no Canal de Suez, continuou presente nos governos posteriores, tornando-se uma constante na política externa francesa, mesmo em governos declaradamente não gaullistas.

3 A CONTINUAÇÃO DA BUSCA PELA AUTONOMIA ESTRATÉGICA EM RELAÇÃO AOS EUA

O desejo de aprofundar a integração europeia e, com isso, impulsionar a autonomia estratégica, permaneceu ao longo da presidência de Giscard d'Estaing (1974-1981), que havia sido ministro das Finanças no governo De Gaulle e cunhara a expressão "privilégios exorbitantes" do dólar.

A integração europeia era incentivada pelo governo francês, pois comandar a consolidação da integração era uma maneira de colocar os franceses em uma posição de liderança, aumentando sua influência no continente e contribuindo para a efetivação da autonomia estratégica frente aos Estados Unidos. Para dar continuidade à integração, D´Estaing contou com a parceria de Helmut Schmidt (1974-1982), chanceler da Alemanha Ocidental e defensor da integração europeia, por exemplo no relançamento do projeto de União Monetária Europeia (UME), primeiro passo rumo à unificação monetária, e, em seguida, o Sistema Monetário Europeu (SME) (Monteiro, 2017).

Ao assumir a presidência francesa, o socialista François Mitterrand (1981–1995) deu continuidade à aposta na intensificação do projeto de integração europeia. Seu posicionamento ideológico gerou desconfiança de países como Reino Unido e Alemanha, além do presidente da Comissão Europeia, Gaston Thorn. Em razão disso, inicialmente, o governo de Mitterrand é marcado pelo isolamento e, até mesmo, hostilidades no

âmbito europeu. Assim, para retomar o avanço da integração europeia, o francês buscou conquistar a confiança dos países da Europa Ocidental (Saunier, 2004). Em 1982, ele apoiou a construção do *"Brotherhood pipeline"*, que transportaria gás natural da União Soviética para a Alemanha Ocidental. Essa construção gerou forte oposição e sanções do governo estadunidense de Ronald Reagan (1981-1989), visto que os Estados Unidos enfrentavam um momento de grande tensão com a URSS devido à aposta de Reagan em uma nova rodada da Guerra Fria, como forma de justificar o aumento nas despesas militares e, em particular, se contrapor à invasão soviética no Afeganistão. Mitterrand, por sua vez, argumentou que o projeto era fundamental para a segurança energética e integração econômica da Europa (Karamessini, 2012).

De outro lado, em 1983, durante a crise dos euromísseis[5], que gerou muitos protestos na Europa Ocidental contra a política de Reagan, Mitterrand defendeu a instalação na Alemanha Ocidental dos mísseis *Pershing II*, em discurso na tribuna do parlamento alemão (*Bundestag*):

> Nossa análise e nossa convicção, a da França, são que as armas nucleares, um instrumento de dissuasão, gostemos ou não, continuam sendo a garantia da paz, enquanto houver equilíbrio de poder. Somente esse equilíbrio, além disso, pode levar a boas relações com os países do Oriente, nossos vizinhos e parceiros históricos [...] Mas manter esse equilíbrio implica, na minha opinião, que regiões inteiras da Europa não fiquem sem uma defesa contra armas nucleares especificamente direcionadas contra elas. Quem apostar no "desacoplamento" do continente europeu do continente americano estará, na nossa opinião, a pôr em risco o equilíbrio de poder e, consequentemente, a manutenção da paz. (FRANÇA, 1983, tradução nossa)[6].

Esse posicionamento de Mitterrand era, portanto, uma concessão aos EUA e um apoio ao governo Alemão, que evidencia os limites da busca pela autonomia estratégica, uma vez que a Europa não tinha como se defender sozinha em um eventual confronto militar com a União Soviética. Desse modo, o pronunciamento de Mitterrand mostrou que a busca pela autonomia estratégica não significaria um afastamento da aliança estratégica com os EUA.

Ao mesmo tempo, Mitterrand dobrou a aposta na integração europeia, indicando seu ex-ministro das Finanças e aliado socialista, Jacques Delors, para a presidência da Comissão Europeia (CE). Delors permaneceu como presidente da CE entre 1985 e 1995, sendo capaz de envolver outros países europeus, em especial a Alemanha, no adensamento da integração continental, não obstante a resistência do Reino Unido. Um passo importante foi a elaboração, por Delors, do '*White Paper Completing the*

5. A crise dos euromísseis de 1983 foi um dos momentos mais tensos da Guerra Fria, envolvendo a instalação de mísseis nucleares na Europa por parte dos Estados Unidos e da União Soviética. em 1983 os EUA começaram a instalar mísseis Pershing II e Cruise em países como Alemanha Ocidental, Reino Unido e Itália, o que provocou grandes protestos por parte as populações desses países.

6. Notre analyse et notre conviction, celle de la France, sont que l'arme nucléaire, instrument de dissuasion, qu'on le souhaite ou qu'on le déplore, demeure la garantie de la paix, des lors qu'il existe l'équilibre des forces. Seul cet équilibre, au demeurant, peut conduire à de bonnes relations avec les pays de l'Est, nos voisins et partenaires historiques [...] Mais le maintien de cet équilibre implique à mes yeux que des régions entières d'Europe ne soient pas dépourvues de parade fâce à des armes nucléaires spécifiquement dirigées contre elles. Quiconque ferait le pari sue le «découplage» entre le continent européen et le continent américain méttrait, selon nous, en cause l'équilibre des forces et donc le maintien de la paix (France, 1983).

Internal Market', apresentado em junho de 1985. Este documento enumerava cerca de 300 medidas para eliminar barreiras persistentes aos intercâmbios intra-europeus, cada uma descrita separadamente, com calendários detalhados para legislar e implementar até 1992 (Ross; Jenson, 2017).

Todo esse processo resultou na ratificação do Tratado de Maastricht, em 1992, que deu origem à União Europeia (UE) e teve pontos importantes, tais como: o caminho para a criação da moeda única, o euro; o fortalecimento da união política e da cidadania europeia; a legitimação da Carta Social Europeia; e o endosso a uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC), além da segurança interna europeia (Guigou, 2004).

Com isso, Mitterrand obteve grande êxito no seu projeto da integração europeia, colocando a França em uma posição de liderança, que gerou mais poder para diminuir a dependência frente aos Estados Unidos e buscar a autonomia estratégica.

No governo Jacques Chirac (1995-2007), de centro-direita, a principal ação da França que desafiou aos Estados Unidos e mostrou uma posição autônoma do país europeu foi a formação de uma aliança internacional contra a Guerra do Iraque. Após os ataques de 11 de setembro de 2001, o governo Bush declarou a "guerra contra o terror". Essa era uma guerra inusitada, visto que o adversário era desconhecido, sendo classificado apenas como terrorismo pelos estadunidenses. Frente a isso, o governo Bush precisava encontrar um novo país inimigo para aplicar a nova doutrina. O país escolhido primeiro foi o Afeganistão, ainda em 2001, e, depois, em 2003, o Iraque. No caso do Afeganistão, houve mandato da ONU e, portanto, contou com apoio e participação franceses. Mas, no caso do Iraque, os EUA iniciaram a guerra sem aval da ONU.

Os argumentos do governo Bush para justificar o início da Guerra do Iraque, como a alegação de que o país possuía armas de destruição em massa ou que seria necessário implementar a democracia em território iraquiano não foram suficientes para convencer todos os países da comunidade internacional (Bresser-Pereira, 2003).

Durante o Conselho de Segurança da ONU, em 2003, a França, com o apoio da Alemanha e do Brasil, adotou uma posição firme, mesmo não tendo qualquer simpatia pelo regime iraquiano dominante, e se colocou contra a invasão no Iraque (Bresser-Pereira, 2003). Mesmo com a oposição franco-alemã, os Estados Unidos optaram por uma decisão unilateral de iniciar a guerra. Por conta disso, a oposição à guerra foi além do Conselho de Segurança, levando à formação de uma aliança internacional contra o conflito. A aliança foi, inicialmente, composta por França, Brasil e Chile. Depois se juntaram Alemanha e Espanha, além de contar com o apoio do Secretário-Geral da ONU na época, Kofi Annan. Diversos países árabes, como Líbano, Síria, Iêmen e Jordânia, emitiram opiniões contrárias ao conflito e aos EUA. Rússia e China, membros do Conselho de Segurança da ONU, também se manifestaram contra a forma unilateral pela qual os EUA estavam tratando os assuntos internacionais e se sentiram ameaçados pela guerra ao terrorismo. O Reino Unido foi uma das poucas potências que apoiaram os EUA, em decorrência da relação especial entre os países. As relações franco-americanas sofreram um forte atrito por conta desse episódio (Vizentini, 2003).

4 A AUTONOMIA ESTRATÉGICA ATUALMENTE: O GOVERNO DE EMMANUEL MACRON (2017 -)

Emmanuel Macron (2017-), do centro político, continuou buscando a autonomia estratégica em relação aos EUA. Em 2023, o governante afirmou, após visita à China, que ser aliado dos Estados Unidos não significa ser seu vassalo, ou seja, ser um aliado permite que a França tenha o direito de pensar de acordo com seus interesses nacionais (Jacquier, 2023). Contudo, para efetivar a autonomia estratégica, Macron encontrou um cenário desafiador. Na virada do século, a Europa possuía grande influência em decorrência da consolidação da União Europeia e do sucesso inicial do euro; porém, após 2011, perdeu espaço devido à perda de dinamismo econômico, resultante dos desdobramentos da crise financeira internacional.

Essa crise gerou sérias instabilidades na zona do euro, principalmente devido à crise fiscal em países como Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, encerrando o otimismo da década anterior em torno da integração europeia (Paula; Filho, 2011). Além disso, em 2015, houve uma crise humanitária com a chegada de 1,25 milhão de imigrantes ao continente, causando forte impacto em sua dinâmica política (Khaira; Yusra; Dermawan, 2022). Tanto a crise do euro quanto a crise dos refugiados provocaram tensões internas que prejudicaram a consolidação do processo de integração e a posição internacional da União Europeia. A indústria de transformação foi uma das áreas mais afetadas com essa perda de espaço. Em 2000, o bloco correspondia a cerca de 30% do valor agregado nas cadeias de valor da manufatura mundial. O valor dos EUA correspondia a 26% e o da China, apenas 5%. Já em 2022, os valores da UE e dos Estados Unidos correspondem a aproximadamente 18%, enquanto a China apresenta números em torno de 28% (Wiod, [s.d.]). Consequentemente, os países europeus ficaram em desvantagem na busca por controlar mercados promissores. Em um comparativo, em 2011, o PIB dos países que compunham a UE e o dos Estados Unidos se encontravam semelhantes. Os estadunidenses registravam US$ 15,6 trilhões (US$ 21,85, em US$ de jan. 2024) e os europeus, US$ 15,88 trilhões (US$ 22,24, em US$ de jan. 2024) (Banco Mundial, [s.d.]). Já em 2022, os EUA registravam US$ 26,01 trilhões (US$ 26,39, em US$ de jan. 2024), enquanto os europeus tinham estacionado em US$ 17 trilhões (US$ 19,37, em US$ de jan. 2024), sem a participação do Reino Unido, que deixou de fazer parte do grupo em 2016, com o Brexit (Banco Mundial, [s.d.]).

Como resposta a esse cenário, a União Europeia começou a tentar diminuir a dependência existente em suas vertentes militar, econômica e geopolítica, a partir de uma série de iniciativas. Em 2016, houve o lançamento da "Estratégia Europeia Global", que definiu as prioridades de segurança e governança global europeias, visando promover uma Europa mais coesa e com maior destaque no sistema internacional. O documento incorporou a abordagem francesa ao enfatizar a necessidade de uma maior autonomia estratégica, particularmente em áreas de segurança e defesa:

> Um nível apropriado de ambição e autonomia estratégica é importante para a capacidade da Europa de promover a paz e a segurança dentro e fora de suas fronteiras. Por isso, intensificaremos nossos esforços nas áreas de defesa, cibersegurança, combate ao terrorismo, energia e comunicações estratégicas. (Comissão Europeia, 2016, p. 9, tradução nossa)[7].

Desse modo, na última década, a busca pela autonomia estratégica deixou de ser apenas uma ideia francesa e passou a ser adotada mais comumente pela Comissão Europeia. Esse movimento foi reforçado pelos próprios Estados Unidos com a eleição de Donald Trump (2017–2021). A política externa de Trump adotou uma postura hostil em relação à Europa, marcada pelos slogans *'America First'* e *'Make America Great Again'* (Lima, 2023), e confrontava especialmente o governo de Angela Merkel (2005–2021), por exemplo, com a imposição de sanções durante a construção do gasoduto Nord Stream II. Paradoxalmente, Trump acabou impulsionando a busca por maior autonomia por parte da Europa, o que fortaleceu as posições do governo francês.

Alguns eventos também impactaram a busca pela autonomia estratégica tanto da França quanto da União Europeia. O primeiro deles foi o Brexit, que resultou na saída do Reino Unido da EU, processo visto com bons olhos por Trump. A saída do Reino Unido da União Europeia pode ser vista como uma situação paradoxal. Por um lado, acarretou a perda de influência do bloco devido ao peso do Reino Unido, uma potência econômico-financeira e nuclear no sistema internacional. Por outro, possibilita um reforço no campo político interno da União Europeia e da própria Comissão Europeia, que pretende aprofundar a integração. Conforme mencionado, o Reino Unido hesitou em aderir ao bloco, privilegiando sua relação com os Estados Unidos e desconfiando das políticas comunitárias. E, mesmo após aderir à União Europeia, os britânicos constantemente tiveram dúvidas sobre sua permanência (Schutte, 2017).

A pandemia da COVID-19 (2020-2022) foi outro acontecimento que alterou a dinâmica da busca da França e da União Europeia pela autonomia estratégica. Diante do cenário, o governo Macron buscou transformar o contexto adverso em uma oportunidade para se destacar politicamente. O país se notabilizou na diplomacia europeia a partir da cooperação internacional para o fornecimento de insumos e serviços médicos. Além disso, as políticas francesas inspiraram o fim do confinamento em outros países da Europa e endureceram as negociações comerciais entre a União Europeia e o Reino Unido, diminuindo a possibilidade de um tratado de livre comércio entre ambos (Gama, 2020).

Em outubro de 2021, Macron, na onda de retomada de políticas industriais, lançou o *Plano França 2030*. Esse plano visa apoiar a transformação de setores de excelência na economia do país nos setores automotivo, aeroespacial, digital, indústria verde, biotecnologia, cultura e saúde. Ao todo, serão investidos mais de US$ 54 bilhões em diversas áreas ao longo de cinco anos, com propósito de posicionar o país não apenas como um ator, mas também como um líder no sistema internacional nos próximos

7. An appropriate level of ambition and strategic autonomy is important for Europe's ability to promote peace and security within and beyond its borders. We will therefore enhance our efforts on defence, cyber, counter-terrorism, energy and strategic communications. (EUROPEAN COMMISSION, 2016, p. 9).

anos (FRANÇA, 2022). A transformação digital e a indústria verde apresentada pelo governo Macron foi consolidada com a adesão da França à proposta de um *"Green Deal"* da Comissão Europeia, que tem como objetivo transformar a União Europeia em uma economia moderna e eficiente em termos de recursos e competitiva, além de ter como meta zerar a emissão de gases de efeito estufa até 2050 (Comissão Europeia, [s.d.]a). A Comissão Europeia, por sua vez, fortemente apoiada pelo governo francês, em resposta à pandemia, lançou o *NextGenerationEU*, em 2020, maior pacote de recuperação já implementado para os países do bloco que conta com um fundo de investimento global de mais de 800 bilhões de euros. O projeto tem como objetivo impulsionar a economia europeia, buscando um modelo de crescimento baseado em uma economia inovadora e na soberania digital e tecnológica (Comissão Europeia, [s.d.]b). Tais iniciativas mostram a busca da União Europeia por uma posição mais autônoma no sistema internacional, por meio de avanços nas áreas de tecnologia e inovação.

De certa forma, esse processo foi incentivado pelo governo chinês, que buscou intensificar as relações bilaterais com a União Europeia, em uma perspectiva de diminuir a influência estadunidense. Macron sempre apresentou o relacionamento bilateral da França com a China dentro da estrutura mais ampla das relações UE-China. O presidente francês enviou um forte sinal de unidade europeia à China quando, em diversas oportunidades, convidou chefes de Estados do bloco para acompanhar seus encontros com os chineses. Dentre esses chefes, estão: Angela Merkel, Jean-Claude Junker (2014-2019), ex-presidente da Comissão Europeia, e Ursula von der Leyen (2019-), atual presidente da Comissão. As instituições europeias também fizeram um esforço para priorizar a relação com a China na agenda da UE. Diante disso, foram desenvolvidos documentos estratégicos relacionados à China que incluem tentativas de alinhar a posição dos Estados-membros sobre o país asiático, como a *Perspectiva Estratégica UE-China*, de 2019, a Estratégia Indo-Pacífico, de 2021, e a Bússola Estratégica, de 2022 (Chimits *et al.*, 2023).

Outro exemplo foi o Acordo Global de Investimento entre a União Europeia e a China (Comprehensive Agreement on Investment – CAI), malvisto poelos diversos governos dos Estados Unidos. O CAI teria sido o mais importante acordo bilateral sobre investimentos em nível global, considerando que envolvia dois grandes importadores e exportadores de capitais produtivos. Nesse caso, foi Angela Merkel quem considerou o acordo uma prioridade, especialmente diante das relações conturbadas com os EUA durante o primeiro governo Trump. Ela se empenhou para que o acordo fosse concluído em dezembro de 2020, por ocasião da 23ª Cúpula UE-China, prevista para ser realizada em Leipzig, quase como uma coroação de seus quatro mandatos à frente do governo alemão. No entanto, a pandemia obrigou o cancelamento do evento. Em seguida, uma série de fatores paralisou a tramitação do texto negociado. Podemos mencionar: a crescente oposição no Parlamento Europeu, que utilizou a repressão em Xinjiang como argumento para suspender a ratificação, em maio de 2021; a pressão dos EUA; e certa desorganização das forças favoráveis ao CAI dentro da União Europeia, embora o lado chinês tenha

continuado a insistir. Mais uma vez, a força desestabilizadora dos EUA, em combinação com a falta de consistência interna da Europa, evidenciou os limites da busca por uma autonomia estratégica.

Em relação à OTAN, Emmanuel Macron, visando efetivar a autonomia estratégica, teve uma postura em relação à aliança diferente à do ex-presidente Nicolas Sarkozy (2007-2012), que, durante seu mandato, adotara uma postura de certo alinhamento com os Estados Unidos, diferenciando-se dos governos anteriores, desde Charles De Gaulle. Logo após a crise de 2008, Sarkozy tomou a decisão de reintegrar a França ao comando militar da OTAN, após mais de quarenta anos de afastamento (Torres, 2008). Essa ação de Sarkozy pretendia aumentar a influência francesa na aliança e, também, superar essa antiga questão entre França e EUA sobre a aliança transatlântica. No entanto, a reintegração gerou críticas internas tanto da oposição quanto de setores defensores da autonomia estratégica, que viam o retorno como uma perda da soberania e independência militar francesa (Schmitt, 2017). Embora a oposição à reintegração da França ao comando militar da OTAN mostre a força da ideia de autonomia estratégica na política interna francesa, a ação de Sarkozy também evidenciou um limite na consolidação dessa autonomia, à medida que o fortalecimento da aliança transatlântica, independentemente de gerar uma maior dependência em relação aos EUA, estava em pauta e possuía apoiadores.

Ao assumir o governo francês, Macron, por sua vez, reconheceu a importância da OTAN, mas também realizou críticas e manifestou seu desejo de reformas, visando contribuir para a autonomia estratégica francesa em relação aos EUA. Em 2019, Macron retomou essa pauta da autonomia estratégica, causando grande controvérsia ao declarar que a OTAN estava em "morte cerebral":

> A instabilidade de nosso parceiro americano e as tensões crescentes fizeram com que a ideia de uma defesa europeia vá, aos poucos, ganhando força. É a renovação para uma Europa poderosa e estratégica. Acrescento que, em algum momento, teremos que fazer um balanço da OTAN. Na minha opinião, o que estamos vivendo atualmente é a morte cerebral da OTAN. Precisamos ser lúcidos [...] Basta olhar o que está acontecendo. Você tem parceiros na mesma região do mundo e não há qualquer coordenação na tomada de decisões estratégicas entre os Estados Unidos e seus aliados da OTAN. Nenhuma. ...do ponto de vista estratégico e político, precisamos reconhecer que temos um problema." (The Economist, 2019, tradução nossa)[8].

Em 2022, a invasão russa à Ucrânia afetou intensamente a política externa europeia dando oportunidade ao governo Biden de reenquadrar os países do bloco sob sua liderança na OTAN, à medida que a Europa ficou mais vulnerável e dependente da aliança militar no âmbito da sua segurança e defesa. Com isso, as forças centrífugas perderam espaço no continente europeu. O conflito não se restringe apenas ao âmbito local, visto que os Estados Unidos de Joe Biden (2021-) declarou apoio incondicional aos ucranianos.

8. The instability of our American partner and rising tensions have meant that the idea of European defence is gradually taking hold. It's the aggiornamento for a powerful and strategic Europe. I would add that we will at some stage have to take stock of NATO. To my mind, what we are currently experiencing is the brain death of NATO. We have to be lucid [...] Just look at what's happening. You have partners together in the same part of the world, and you have no coordination whatsoever of strategic decision-making between the United States and its NATO allies. None. ...strategically and politically, we need to recognise that we have a problem (The Economist, 2019).

O conflito tem impactos diferentes para os estadunidenses e os europeus. Os primeiros apenas decidem sobre como lidar com a agressão russa, mas os confrontos ocorrem somente no continente europeu, que sofre impacto direto. As sanções econômicas levam à retaliação de Moscou, as quais afetaram particularmente os países europeus. A redução das importações do gás russo, por exemplo, compromete a economia e o bem-estar social de países europeus, como a Alemanha, e a alternativa à insegurança energética é o gás natural liquefeito, mais caro e fornecido pelos EUA (Savvakis; Moschovou, 2025). Assim, os efeitos da guerra limitaram a busca por autonomia estratégica, relegando-a a segundo plano, diante da incapacidade dos países europeus de agirem em conjunto para garantir sua própria defesa.

Diante disso, Macron voltou a insistir na velha tese francesa da criação de uma indústria de defesa europeia, por exemplo, em seu discurso na Universidade de Sorbonne, em 2024:

> É por isso que o que precisamos ver emergir, e este é o novo paradigma da defesa, é uma defesa conveniente ao continente europeu. É evidente que o pilar europeu na OTAN que estamos a construir, cuja justificativa convencemos todos os nossos parceiros nos últimos anos, é crucial. Mas precisamos dar importância ao que é esta defesa europeia conveniente, que é a própria condição para reconstruir um quadro de segurança comum [...] É por isso que, nos próximos meses, convidarei todos os meus parceiros a construir esta iniciativa europeia de defesa, que deve ser, antes de mais nada, um conceito estratégico do qual originaremos as capacidades relevantes: antimísseis, ataques de profundidade e todas as outras capacidades úteis. A França desempenhará plenamente o seu papel. Temos um modelo de exército abrangente, com o objetivo de ser o exército mais eficaz da Europa, e também possuímos armas nucleares e, portanto, a capacidade de dissuasão que as acompanha (FRANÇA, 2024, tradução nossa)[9].

No discurso de Macron, nota-se o desejo de intensificar a integração e a autonomia da Europa através de uma indústria de defesa europeia, que contará com grande protagonismo francês, e do fortalecimento dos países europeus na OTAN, buscando, novamente, a autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos

O retorno de Trump à presidência, no início de 2025, gerou outro paradoxo: por um lado, reacendeu a busca forçada por autonomia; por outro, evidenciou os limites dos recursos de poder disponíveis para alcançá-la. A ambiguidade na relação com a China, considerada simultaneamente parceiro, concorrente e rival, impede que essa relação seja usada para contrabalançar as imposições dos Estados Unidos. Além disso, persistem divergências internas que dificultam a formulação de posições unificadas, tanto entre os países-membros quanto dentro dos principais Estados europeus.

Há outro elemento, menos abordado, que enfraquece a capacidade da França de liderar a busca por uma autonomia estratégica: a perda de seu

9. C'est pourquoi ce qu'il nous faut faire émerger, et c'est cela le paradigme nouveau en matière de défense, c'est une défense crédible du continent européen. Alors évidemment, le pilier européen au sein de l'OTAN que nous sommes en train de bâtir, dont nous avons convaincu tous nos partenaires du bien-fondé ces dernières années, est essentiel. Mais il nous faut donner un contenu à ce qu'est cette défense crédible de l'Europe, qui est la condition même pour rebâtir un cadre de sécurité commun [...] C'est pourquoi, dans les prochains mois, j'inviterai tous mes partenaires à bâtir cette initiative européenne de défense, qui doit d'abord être un concept stratégique dont nous déduirons ensuite des capacités pertinentes : anti-missiles, tirs dans la profondeur, comme toutes les capacités utiles. La France y jouera tout son rôle. Nous qui avons un modèle d'armée complète, dont l'objectif est d'être l'armée la plus efficace du continent, et qui sommes aussi dotés de l'arme nucléaire, et donc, de la capacité de dissuasion qui va avec (FRANCE, 2024).

poder neocolonial na África Ocidental. Após a crise de Suez e, alguns anos depois, a independência da Argélia (1962), a França consolidou um sistema neocolonial por meio do qual conseguiu manter um grau significativo de controle econômico e político sobre várias de suas ex-colônias, em particular na África Ocidental. A França manteve, inclusive, a imposição do franco africano (CFA), uma moeda criada durante o período colonial. Esse sistema lhe permitiu manter o controle sobre recursos naturais, entre os quais o urânio e o petróleo, e garantir contratos comerciais favoráveis às suas empresas. A manutenção desse sistema envolvia a instalação de governos fantoches. A resistência contra a dominação francesa na África, embora tenha ocorrido em diversos momentos ao longo do tempo, ganhou um novo capítulo a partir do início da década de 2020, quando um conjunto de novos governos da África Ocidental optou por se desvincular dessa relação. Com isso, obrigaram as tropas francesas a se retirar da região e abandonaram o uso do franco CFA. Embora seja difícil prever o desfecho desse processo, não há dúvida de que ele enfraquece de forma irreversível a projeção internacional da França. Esse cenário é ainda agravado por tensões internas relacionadas à migração, as quais estão diretamente ligadas ao seu passado colonial (Etogho; Eben; Dalton, 2022; Thelma et al., 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma análise bibliográfica, o artigo analisou a política externa francesa em relação aos EUA a partir da década de 1950, defendendo a tese de que houve, independentemente das orientações políticas gerais dos vários governos, uma continuidade na busca por uma autonomia estratégica, embora com graus de intensidade e prioridade diferenciados, o que pode ser caracterizado como um *path dependency*.

Durante a década de 1950, a França se mostrou incomodada e começou a olhar com desconfiança para a aliança com os Estados Unidos em virtude da projeção dos interesses estadunidenses no continente. As relações franco-americanas tiveram seu momento de inflexão após o conflito do Canal de Suez. Essa ação estadunidense gerou um grande descontentamento em diversos setores políticos da França. Diante disso, Charles De Gaulle, ao assumir a presidência, em 1959, iniciou uma busca pela autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos, com o objetivo de evitar uma posição de subordinação em relação aos interesses econômicos e estratégicos dos EUA, assumindo a postura de um Estado contenedor. O artigo mostrou por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica que essa busca por autonomia estratégica permaneceu na política francesa, com variações na sua intensidade, gerando decisões e ações que desafiaram os estadunidenses.

No decorrer do governo De Gaulle, observou-se diversas ações que desafiaram os EUA, como as barreiras alfandegárias, o relaxamento das tensões com a URSS, a saída francesa do comando militar da OTAN, os vetos à entrada do Reino Unido no Mercado Comum Europeu, o endosso ao "Québec livre" e a visita à América Latina, em especial à Argentina, se apresentando como uma "terceira via" na Guerra Fria. Contudo, De Gaulle não obteve pleno êxito ao tentar concretizar a autonomia

estratégica, encontrando limites decorrentes da hegemonia estadunidense na Europa ocidental e do atraso, quando comparado aos EUA, da indústria e tecnologia francesas, como também a falta de convergência com seus principais parceiros europeus, em particular a Alemanha.

Nos governos seguintes, de D´Estaing e Mitterrand, houve a busca pela consolidação da integração europeia liderada pela França, como uma forma de obter um maior poder regional e conseguir diminuir a dependência frente aos EUA de modo mais incisivo. A França obteve sucesso na integração europeia com a ratificação do Tratado de Maastricht, em 1992, que consolidou a União Europeia. Mitterrand também encontrou limites na concretização da autonomia estratégica, quando teve que concordar com a instalação de mísseis na Alemanha Ocidental, pois a Europa não conseguiria se defender sem os EUA de uma eventual agressão da URSS. Chirac, em seu governo, integrou a formação de uma aliança internacional contra a ação dos Estados Unidos na Guerra do Iraque, sendo um exemplo de uma postura política autônoma da França frente aos estadunidenses, que envolveu e deu projeção também à posição brasileira,

Mesmo que muitas vezes limitada, identifica-se a manutenção da busca pela autonomia na presidência de Macron e, mais do que isso, esta conseguiu projetar essa busca no âmbito europeu, em parte pela própria política dos EUA nos governos de Donald Trump. Para a UE, a autonomia estratégica se mostra interessante em virtude da perda de espaço do bloco no sistema internacional na última década, enfraquecendo-se diante da disputa entre EUA e China. Desse modo, Macron tenta consolidar essa autonomia por meio de projetos nacionais, como o Plano França 2030, e da participação em ações mais amplas, como o *"Green Deal"* da Comissão Europeia e o *NextGenerationEU*. Esses projetos visam o fortalecimento econômico e o desenvolvimento de tecnologias e inovações, tanto da França quanto da União Europeia. Em 2016, o presidente francês divulgou a Revisão da Estratégia de Segurança e Defesa Nacional, que apresentava a ideia de reformulação da defesa francesa e, também, de construção de uma segurança comum europeia.

A guerra na Ucrânia voltou a expor as contradições desse processo. O governo Biden aproveitou a nova conjuntura para reenquadrar a Europa, fortalecendo a OTAN sob sua liderança. Por outro lado, especialmente com o retorno de Trump, abriu-se também uma oportunidade para Macron retomar o antigo sonho francês de uma indústria de defesa europeia. Esse conflito evidencia os limites da efetivação da autonomia estratégica, uma vez que aumentou a dependência europeia, no campo da defesa, em relação à OTAN — liderada pelos EUA e frequentemente criticada por Macron. Por fim, no plano interno, a ascensão da extrema direita também gerou problemas para a França, impondo limites à busca por essa autonomia, agravados pela perda de seu controle neocolonial na África Ocidental.

Outro elemento contraditório é o fator China, que representa, por um lado, uma oportunidade de parceria para equilibrar o poder e a influência dos Estados Unidos, como De Gaulle chegou a idealizar, mas, por outro, ao ser vista como rival e ameaça geopolítica, acaba por estimular a adesão europeia à política de confronto adotada pelos EUA.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fernando. **A Europa americana**: o Tratado de Washington (1949). Observare, Universidade Autónoma de Lisboa, 2008. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1220. Acesso em: 20 mai. 2024.

BANCO MUNDIAL. **GDP (current US$)**. World Bank, [s.d.]. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?name_desc=false. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O gigante fora do tempo: a Guerra do Iraque e o sistema global. **Política Externa**, vol. 12, p. 43-62, 2003. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/index.php/social-theory-and-capitalism/globalization-and-neoliberalism/7832-1241. Acesso em: 19 fev. 2025.

CHIMITS, François *et al*. EU: De-risking as the new mantra for defining relations to China. *In*: BARTSCH, Bernhard; WESSLING, Claudia. **From a China strategy to no strategy at all**: exploring the diversity of European approaches. ETNC Report, 2023. Disponível em: https://merics.org/en/report/china-strategy-no-strategy-all-exploring-diversity-european-approaches. Acesso em: 20 fev. 2025.

CLARK, J. C. D. **How Did the American Revolution Relate to the French? Richard Price, the Age of Revolutions, and the Enlightenment**. Modern Intellectual History, Cambridge University Press, 2020, p. 1-23. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/modern-intellectual-history/article/abs/how-did-the-american-revolution-relate-to-the-french-richard-price-the-age-of-revolutions-and-the-enlightenment/E538B5015275A31A9541F004F4E83684. Acesso em: 30 abr. 2024.

COMBAT, Flávio Alves; WERNER, Alice Helga. **História "viva" e história "objetivada"**: George F. Kennan e o Plano Marshall. História Social, Campinas, São Paulo, n. 13, p. 173-191, 2007. Disponível em: https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/216/208. Acesso em: 30 abr. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Shared Vision, Common Action**: A Stronger Europe. European Comission, 2016. Disponível em: https://eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU-China trade relations**. European Comission, 2023a. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/china_en. Acesso em: 30 de abril de 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU-US trade relations**. European Comission, 2023b. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/united-states_en. Acesso em: 30 abr. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **The European Green Deal**: striving to be the first climate-neutral continent. European Comission, [s.d.]a. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en. Acesso em: 15 jun. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. **Plano de reconstrução para Europa**. European Comission, [s.d.]b. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe_pt. Acesso em: 15 jun. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU-China Comprehensive Agreement on Investment. European Comission**, [s.d.]c. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/china/eu-china-agreement_en. Acesso em: 15 jun. 2025.

DAEHNHARDT, Patrícia. Ilusões e divisões europeias: China, autonomia estratégica e relações transatlânticas. *In*: GASPAR, Carlos et al. **Para uma autonomia estratégica euroátlântica?**. Idn Brief, 2023. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/45443. Acesso em: 12 mai. 2025.

ETOGHO, Elvine B. A.; EBEN, Sphynx Egbe-Mbah; DALTON, Amy L. French Neocolonialism in Africa: Historical Overview and Summary of Current Events. **The American journal of Economics and Sociology**, Vol 81, issue 5, November 2022, p. 829-849.

FRANÇA. **Discours de M. François Mitterrand, Président de la République, devant le Bundestag, à l´occasion du 20ème anniversaire du Traité de l´Élysée, sur la coopération franco-allemande, la sécurité européenne et la CEE**. Élysée, 1983. Disponível em: https://www.elysee.fr/francois-mitterrand/1983/01/20/discours-de-m-francois-mitterrand-president-de-la-republique-devant-le-bundestag-a-loccasion-du-20eme-anniversaire-du-traite-de-lelysee-sur-la-cooperation-franco-allemande-la-securite-europeenne-et-la-cee-bonn-jeudi-20-janvier-1983. Acesso em: 10 fev. 2025.

FRANÇA. **Revue stratégique de défense et de securité nationale 2017**. Ministère des Armées, 2017. Disponível em: https://www.archives.defense.gouv.fr/dgris/politique-de-defense/revue-strategique-2017/revue-strategique.html. Acesso em: 10 fev. 2025.

FRANÇA. **France 2030**: La France de 2030 se prépare aujourd´hui!. Élysée, 2022. Disponível em: https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/france2030. Acesso em: 10 fev. 2025.

FRANÇA. **Discours sur l´Europe**. Élysée, França, 2024. Disponível em: https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2024/04/24/discours-sur-leurope. Acesso em: 10 fev. 2025.

GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. A "nova política" do coronavírus: a França de Emmanuel Macron se reinventa em meio à pandemia. **Boletim de conjuntura**, vol. 2, p. 97-102, 2020. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/125/123. Acesso em: 10 fev. 2025.

GASPAR, Carlos. **O estranho caso da Autonomia Estratégica**. Recensão, p. 117-121, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373917940_O_estranho_caso_da_autonomia_estrategica. Acesso em: 10 fev.2025.

GENDRON, Robin S. The two faces of Charles the Good: Charles De Gaulle, France, and decolonization in Quebec and New Caledonia. **International Journal**, vol. 69, n. 1, p. 94-109, 2014. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24709344?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 30 abr. 2024.

GILPIN, Robert. **The Politics of Transnational Economic Relations**. International Organization. Vol 25 (3), 1971.

GILPIN, Robert. **War & Change in World Politics**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1981.

GUIGOU, Élisabeth. **Le Traité de Maastricht:** La dernière grande oeuvre européenne de François Mitterrand. Institut François Mitterrand, Paris, França, 2004. Disponível em: https://www.mitterrand.org/Le-Traite-de-Maastricht-la.html. Acesso em: 10 fev. 2025.

HANHIMÄKI, Jussi M. Détente in Europe 1962-1975. *In*: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, ODD A. **The Cambridge History of the Cold War**. London: Cambridge University Press, 2010.

JACQUIER, Sophie. **Europe Must Not Be America´s "Vassals"**: The Full Macron Interview After His China Visit. França, 2023. Disponível em: https://worldcrunch.com/world-affairs/full-macron-interview-china-us/. Acesso em: 10 fev. 2025.

KARAMESSINI, M. K. **Gas Pipeline Politics in the European Union**. 2012.

KHAIRA, Annisa Nabilatul; YUSRA, Muhammad; DERMAWAN, Rifki. Angela Merkel's Perception and Open Door Policy during the 2015 European Refugee Crisis. **Jurnal Ilmiah Hubungan Internasional PACIS**, vol. 18, n. 1, 2022. Disponível em:

https://journal.unpar.ac.id/index.php/JurnalIlmiahHubunganInternasiona/article/view/4603.

Acesso em: 5 mai. 2025.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Tradução: Saul Gefter e Ann Mary Perpétuo. Editora Saraiva, São Paulo, cap. 24, 2012.

LIMA, Thalia Cristina Vieira. **A agenda de política externa da Era Trump e a governança global-multilateral (2017/2020)**. Universidade Federal de São Paulo, 2023. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/items/da17ce1b-f535-4e1e-a3e1-429e8e617afa. Acesso em: 20 mai. 2024.

MAHONEY, James. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, vol. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.

MONTEIRO, M. B. **As instabilidades na União Europeia e o processo de integração europeu (1946-2016)**. UNESP, Marília, São Paulo, 2017.

MUNHOZ, Sidnei J.; ROLLO, José Henrique. Détente e détentes na época da Guerra Fria (décadas de 1960 e 1970). **Revista Esboços**, Florianópolis, vol. 21, n. 32, p. 138-158, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p138/30318. Acesso em: 10 fev. 2025.

NETO, Luiz Salgado. A crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). **Revista Cantareira**, n. 17, 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27895/16303. Acesso em: 10 fev. 2025.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resultados Nacionais França 2024-2029 – Resultado das Eleições Europeias**. 2024. Disponível em: https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-nacionais/franca/2024-2029/. Acesso em: 10 fev. 2025.

PAULA, Luiz Fernando de; FILHO, Fernando Ferrari. Desdobramentos da crise financeira internacional. **Revista de Economia Política**, vol. 31, n. 2 (122), p. 315-335, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/RpL67Z9yWJK7PVprSh3shKk/?lang=pt. Acesso em: 10 fev. 2025.

PELOSI, Hebe Carmen. Charles De Gaulle y América Latina. **Investigaciones y Ensayos**, n. 57, 2008. Disponível em: https://iye.anh.org.ar/index.php/iye/article/view/171/152. Acesso em: 20 mai. 2024.

ROSS, George; JENSON, Jane. Reconsidering Jacques Delors' leadership of the European Union, **Journal of European Integration**, p. 113-127, 2017.

SAUNIER, Georges. **Les retrouvailles de Fontainebleau:** La politique européenne de François Mitterrand de 1981 à 1984. Institut François Mitterrand, Paris, França, 2004. Disponível em: https://www.mitterrand.org/les-retrouvailles-de-fontainebleau.html. Acesso em: 10 fev. 2025.

SAVVAKIS, Konstantinos I.; MOSCHOVOU, Tatiana P. European LNG Import Network Analysis and Investigation of Supply Security. **Energies**, National Technical University of Athens, Grécia, vol. 18, ed. 3, n. 634, 2025. Disponível em: https://www.mdpi.com/1996-1073/18/3/634. Acesso em: 10 fev. 2025.

SAWYER, Stephen W. **Édouard Laboulaye and the Statue of Liberty**: Forging the Democratic Experience. Lettre du Collège de France, França, p. 55-57, 2009. Disponível em: https://journals.openedition.org/lettre-cdf/782. Acesso em: 10 fev. 2025.

SCHMITT, Olivier. The Reluctant Atlanticist: France's Security and Defence Policy in a Transatlantic Context. **The Journal of Strategic Studies**, vol. 40, n. 4, p. 463–474, 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2016.1220367. Acesso em: 15 fev. 2025.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Brexit na perspectiva do Path Dependency. **Plural – Revista de Ciências Sociais**, USP, vol. 24, n. 2, p. 114-134, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/6497/649770041006/html/. Acesso em: 10 fev. 2025.

SCHUTTE, Giorgio Romano. The challenge to US hegemony and the "Gilpin Dilemma". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 64, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/BVS833gs8tBWChxBn3Y6HGM/?format=html&lang=en. Acesso em: 8 fev. 2025.

SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques. **O desafio americano**. Expressão e Cultura. Rio de Janeiro, 1971.

TESSUTO, Sérgio Minuzzi. **Formação e condução da política externa dos Estados Unidos:** da Revolução à Guerra de Secessão (1776 – 1865). UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/235825. Último acesso: 14 fev. 2025.

THE ECONOMIST. **Emmanuel Macron in his own words**. *The Economist*, 7 nov. 2019. Disponível em: https://www.economist.com/europe/2019/11/07/emmanuel-macron-in-his-own-words-english. Acesso em: 08 set. 2025.

THELMA, Chanda C. et al.. French colonialism and neocolonialism in Africa: **A comprehensive analysis. World Journal of Advanced Research and Reviews**. Vol. 13, Issue 3, 2024, p. 2062-2073.

TORRES, Heitor Figueiredo Sobral. **Presença e peso da política externa francesa sob Sarkozy**. Meridiano, n. 97, p. 35-38, 2008. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/75280563b367e279497790da747a1adc/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381. Acesso em:14 fev. 2025.

VAN DER PIJL, Kees. **Handbook of the International Political Economy**. Cheltenham/ Northampton: Edward Elgar, 2015.

VAN DER PIJL, Kees. **The Making of the Atlantic Ruling Class**. New Edition. London: Verso, 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A guerra contra o Iraque, o" império" norte-americano e a crise sistêmica. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 31, n. 1, p. 7-20, 2003. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/190. Acesso em: 20 fev. 2025.

WIOD. World Input-Output Database. University of Groningen, [s.d.]. Disponível em: https://www.rug.nl/ggdc/valuechain/wiod/. Acesso em: 20 fev. 2025.